

de, passaporte ou carta de condução, certidões e registos junto de serviços ou autoridades ligados à administração pública (central, regional ou local), incluindo os consulados de Portugal.

10 de Dezembro de 2004. — O Juiz de Direito, *Fernando Besteiro*. — A Oficial de Justiça, *Belmira Gandra*.

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VALONGO

Aviso de contumácia n.º 1935/2005 — AP. — A Dr.ª Alexandra Teixeira Santos, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Valongo, faz saber que no processo abreviado n.º 691/00.2PAVLG, pendente neste Tribunal contra o arguido Vitorino Jorge Leal Ferreira, filho de Alberto Alves Ferreira e de Maria José Cerqueira Leal, nascido em 14 de Junho de 1983, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 12433441, com domicílio no lugar de Terronhas, Recarei, 4580-000 Paredes, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 5 de Fevereiro de 2000, foi o mesmo declarado contumaz, em 6 de Dezembro de 2004, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

7 de Dezembro de 2004. — A Juíza de Direito, *Alexandra Teixeira Santos*. — A Oficial de Justiça, *Filomena Ferreira*.

Aviso de contumácia n.º 1936/2005 — AP. — A Dr.ª Alexandra Teixeira Santos, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Valongo, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 541/02.5PHPRT, pendente neste Tribunal contra o arguido Francisco José Carvalho Vilarandelo Morais, filho de João dos Santos Vilarandelo Morais e de Ilda Maria Martins Carvalho, de nacionalidade portuguesa, nascido em 26 de Fevereiro de 1969, casado, com domicílio na Rua da Giesta, 382, 1.º, Avintes, 4430-000 Vila Nova de Gaia, por se encontrar acusado da prática de um crime de outros crimes contra as pessoas, previsto e punido pelos artigos 181.º e 184.º, ambos do Código Penal, praticado em 23 de Maio de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 6 de Dezembro de 2004, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

7 de Dezembro de 2004. — A Juíza de Direito, *Alexandra Teixeira Santos*. — A Oficial de Justiça, *Filomena Ferreira*.

Aviso de contumácia n.º 1937/2005 — AP. — A Dr.ª Ana Rute Pereira, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Valongo, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 726/98.7PBVLG, pendente neste Tribunal contra o arguido Olivério dos Reis Correia Pinto, filho de Olivério Correia Pinto e de Maria Cecília F. Carneiro Reis M. C. Pinto, natural de Ramalde, Porto, nascido em 6 de Fevereiro de 1957, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 3449384, com domicílio na Rua da Praia, 547, casa 3, Mindelo, 4580 Vila do Conde, a quem foi revogado o perdão aplicado e determinado o cumprimento efectivo pelo arguido da pena de 10 meses de prisão em que foi condenado, pela prática do crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º, n.º 1, do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, em 7 de Dezembro de 2004, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

9 de Dezembro de 2004. — A Juíza de Direito, *Ana Rute Pereira*. — O Oficial de Justiça, *José Paulo Santos*.

Aviso de contumácia n.º 1938/2005 — AP. — O Dr. António Pedro Peniche, juiz de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Valongo, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo) n.º 705/00.6PAVLG, pendente neste Tribunal contra o arguido Paulino da Costa Ferreira Sousa, filho de José Maria Ferreira de Sousa e de Elvira da Costa, nascido em 27 de Janeiro de 1966, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 7365017, com domicílio na Estrada de D. Miguel, 140, Baguim do Monte, 4435 Rio Tinto, a quem foi revogada a suspensão de execução da pena de prisão, e, em consequência, determinado o cumprimento da pena de 18 meses de prisão pela prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelos artigos 143.º, n.º 1, 144.º, alínea b), e 145.º, n.º 2, do Código Penal, praticado em 17 de Dezembro de 2001, foi o mesmo declarado contumaz, em 13 de Dezembro de 2004, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

14 de Dezembro de 2004. — O Juiz de Direito, *António Pedro Peniche*. — O Oficial de Justiça, *José Paulo Santos*.

1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VIANA DO CASTELO

Aviso de contumácia n.º 1939/2005 — AP. — O Dr. Manuel José Ramos da Fonseca, juiz de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Viana do Castelo, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 326/04.4TAVCT, pendente neste Tribunal contra o arguido José Carlos Peixoto Maciel, filho de Manuel Barbosa Maciel e de Rosa Etelvina Peixoto Pereira Maciel, de nacionalidade portuguesa, nascido em 10 de Abril de 1968, casado, contribuinte fiscal n.º 173813267, com domicílio na Rua de Carolino Ramos, lote 2, 2.º, direito, 4900-000 Viana do Castelo, por se encontrar acusado da prática de um crime de violação da obrigação de alimentos, praticado em 1 de Julho de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 30 de Novembro de 2004, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração, proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas e o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

31 de Novembro de 2004. — O Juiz de Direito, *Manuel José Ramos da Fonseca*. — A Oficial de Justiça, *Maria Assunção Moura*.

Aviso de contumácia n.º 1940/2005 — AP. — O Dr. Manuel José Ramos da Fonseca, juiz de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Viana do Castelo, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 556/99.9TBVCT (ex-processo n.º 88/99), pendente neste Tribunal contra a arguida Maria Dorinda Fernandes Malheiro, filha de Dionísio Malheiro e de Maria das Neves Fernandes, nascida em 10 de Setembro de 1954, casada, titular do bilhete de identidade n.º 5763818, com domicílio na Rua de São João Batista da Ajuda, 21, 2.º, esquerdo, 2830-000 Barreiro, por se encontrar acusada da prática do crime de falsificação, previsto e punido pelo artigo 256.º, n.º 1, alínea a), do Código Penal, por despacho de 2 de Dezembro de 2004, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

2 de Dezembro de 2004. — O Juiz de Direito, *Manuel José Ramos da Fonseca*. — O Oficial de Justiça, *José Pires Morgado Barbosa*.

Aviso de contumácia n.º 1941/2005 — AP. — O Dr. Manuel José Ramos da Fonseca, juiz de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Viana do Castelo, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 3572/04.7TBVCT, pendente neste Tribunal contra o arguido Luís Manuel

Anjos da Silva, filho de Manuel Joaquim da Silva e de Carminda Maria de Sá Anjos da Silva, natural de Lisboa, de nacionalidade portuguesa, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 13823833, com domicílio na Rua da Igreja, 17, Gandra, 4930-000 Valença, o qual foi em 2 de Junho de 2004 — sentença — outras condenações ou decisões — condenado na pena de 10 meses de prisão. Pena essa que foi suspensa pelo período de dois anos, subordinada ao dever de entregar à ofendida o montante de 238 euros, transitada em julgado pela prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelo artigo 204.º do Código Penal, praticado em 20 de Dezembro de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 30 de Novembro de 2004, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração, proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas e o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

6 de Dezembro de 2004. — O Juiz de Direito, *Manuel José Ramos da Fonseca*. — O Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 1942/2005 — AP. — O Dr. Manuel José Ramos da Fonseca, juiz de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Viana do Castelo, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 837/03.9TAVCT, pendente neste Tribunal contra o arguido Álvaro Manuel Bernardo Sérvio, filho de Adriano Vaz Sérvio e de Palmira do Carmo Bernardo Sérvio, nascido em 12 de Março de 1959, casado, titular do bilhete de identidade n.º 7816230, com domicílio na Avenida de Montedor, sem número, lugar de Montedor, Carreço, 4900 Viana do Castelo, por se encontrar acusado da prática de um crime de abuso de confiança fiscal, praticado em 1 de Maio de 1999, foi o mesmo declarado contumaz, em 9 de Dezembro de 2004, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração, proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas e o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

13 de Dezembro de 2004. — O Juiz de Direito, *Manuel José Ramos da Fonseca*. — A Oficial de Justiça, *Florinda Marques*.

Aviso de contumácia n.º 1943/2005 — AP. — O Dr. Manuel José Ramos da Fonseca, juiz de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Viana do Castelo, faz saber que no processo sumário (artigo 381.º do Código de Processo Penal), n.º 18/04.4PBVCT, pendente neste Tribunal contra o arguido António Manuel Gomes Martins, filho de José Alves Martins e de Maria Albertina Sampaio Gomes, natural de Muções, Viana do Castelo, de nacionalidade portuguesa, nascido em 29 de Janeiro de 1970, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 9792037, com domicílio na Rua de Alportel, 214, 4.º, esquerdo, 8000 Faro, o qual foi condenado, por sentença de 10 de Janeiro de 2004, transitada em julgado em 29 de Junho de 2004, pela prática de um crime de condução de veículo em estado de embriaguez, previsto e punido pelos artigos 292.º e 69.º do Código Penal, praticado em 10 de Janeiro de 2004, na pena de multa no montante de 240 euros, não paga, tendo esta pena sido convertida na pena de 40 dias de prisão subsidiária, caso não proceda ao seu pagamento, foi o mesmo declarado contumaz, em 13 de Dezembro de 2004, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração, proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas e o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

14 de Dezembro de 2004. — O Juiz de Direito, *Manuel José Ramos da Fonseca*. — A Oficial de Justiça, *Maria Assunção Moura*.

Aviso de contumácia n.º 1944/2005 — AP. — O Dr. Manuel José Ramos da Fonseca, juiz de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Viana do Castelo, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 318/00.2TBVCT, pendente neste Tribunal contra o arguido Félix Pires Vaz Meireis, filho de Manuel Vaz Meireis e de Laurinda Pires Meireis, de nacionalidade portuguesa, nascido em 29 de Junho de 1963, titular do bilhete de identidade n.º 8305312, com domicílio em 65, Rue Du Gros Murger, 78600 Maisons Laffitte, França, e em Portugal no lugar de Areia, Castelo do Neiva, Viana do Castelo, o qual foi condenado por decisão de 8 de Outubro de 2004, transitada em julgado, pela prática de um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, praticado em 14 de Junho de 1999, na pena de 100 dias de multa à taxa diária de 6 euros, perfazendo o total da multa no montante de 600 euros, foi o mesmo declarado contumaz, em 17 de Dezembro de 2004, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração, proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas e o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

17 de Dezembro de 2004. — O Juiz de Direito, *Manuel José Ramos da Fonseca*. — A Oficial de Justiça, *Maria Assunção Moura*.

2.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VIANA DO CASTELO

Aviso de contumácia n.º 1945/2005 — AP. — O Dr. Bernardino João Videira Tavares, juiz de direito do 2.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Viana do Castelo, faz saber que no processo sumário (artigo 381.º do Código de Processo Penal) n.º 198/00.8PBVCT, pendente neste Tribunal contra o arguido Marco António Pinto Fernandes, filho de José Manuel Anjos Fernandes e de Maria Alice Pereira Pinto, nascido em 6 de Outubro de 1974, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 10775666, com domicílio na Rua das Musas, 203, 4000-353 Porto, o qual foi, por sentença datada de 18 de Abril de 2002, condenado em 120 dias de multa, à taxa diária de 500\$, em alternativa 80 dias de prisão subsidiária, transitada em julgado, pela prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 25 de Março de 2000, de que este foi declarado contumaz, nos termos do disposto nos artigos 335.º e 476.º, ambos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração, proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas e o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

7 de Dezembro de 2004. — O Juiz de Direito, *Bernardino João Videira Tavares*. — A Oficial de Justiça, *Ana Gonçalves*.

Aviso de contumácia n.º 1946/2005 — AP. — O Dr. Bernardino João Videira Tavares, juiz de direito do 2.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Viana do Castelo, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 1714/02.6TDPRT, pendente neste Tribunal contra a arguida Maria Manuela Neves Ferreira Pereira, filha de César Fernando Ferreira Almeida e de Fernanda Neves de Almeida, natural de Massarelos, Porto, de nacionalidade portuguesa, nascida em 15 de Janeiro de 1975, casada, titular do bilhete de identidade n.º 11086642, com domicílio na Praceta do Colégio Gaia, 240, rés-do-chão, direito, 4400 Vila Nova de Gaia, por se encontrar acusada da prática de um crime de falsificação de documento, previsto e punido pelo artigo 248.º, alínea b), do Código Penal, praticado em 16 de Maio de 2000, por despacho de 6 de Dezembro de 2004, proferido nos autos